

Relatório de participação de Henrique Faulhaber

4º Fórum Lusófono da Governação da Internet — Luanda

Particpei do 4º Fórum Lusófono da Governação da Internet, realizado em Luanda, nos dias 23 e 24 de setembro de 2026. O encontro reuniu representantes de governos, reguladores, empresas, academia, sociedade civil e comunidade técnica dos países de língua portuguesa. A programação incluiu debates sobre inteligência artificial, infraestrutura digital, proteção de crianças e adolescentes, soberania de dados e participação multissetorial.

Minha principal participação foi na moderação do painel sobre “Da Ética à Implementação: Sandboxes Regulatórias para uma Governação Responsável da Inteligência Artificial no Espaço Lusófono”.

A discussão partiu da preocupação de que a inteligência artificial avançou rapidamente, afetando governos, empresas, serviços públicos e a vida cotidiana e que a confiabilidade da IA não é um problema apenas técnico, mas envolve segurança, direitos humanos, infraestrutura crítica, privacidade e democracia.

Foi discutido que uma “sandbox regulatória”, que é um ambiente controlado, com acompanhamento do regulador, limites claros, avaliação de riscos e produção de evidências, é uma ferramenta importante para a governança e a regulação da IA.

As falas do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique e da UNESCO convergiram nesse ponto. Países lusófonos têm níveis diferentes de desenvolvimento e capacidade institucional, mas enfrentam problemas semelhantes. A cooperação pode ajudar a compartilhar experiências, formar equipes e evitar que cada país precise começar do zero. Também ficou claro que a inovação precisa estar associada à transparência, à supervisão humana e à proteção da dignidade das pessoas.

No painel sobre infraestrutura pública digital, Renata Mielli destacou que a transformação digital não se resume à criação de aplicativos ou portais. Ela depende de integração entre bases de dados, identidade digital confiável, pagamentos interoperáveis, capacidade institucional e governança com participação da sociedade.

Renata apresentou experiências brasileiras, como o Gov.br, as credenciais verificáveis e o Pix. Um ponto interessante foi a possibilidade de pensar em cooperação entre países lusófonos, inclusive na integração de sistemas de pagamento e em soluções comuns para proteção de crianças e adolescentes. A ideia é que a infraestrutura digital tenha impacto real na vida das pessoas, e não seja apenas uma coleção de sistemas tecnológicos.

No segundo dia, Rodolfo Avelino moderou o painel sobre soberania, infraestrutura digital e governança de dados. Sua fala de abertura destacou que ter um data center dentro do território não significa, por si só, ter soberania. É preciso também ter capacidade de decidir sobre os dados, fiscalizar os serviços, compreender as tecnologias utilizadas e participar de sua operação.

O debate tratou da localização dos dados, da dependência tecnológica, da formação de profissionais, da proteção de infraestruturas críticas e da necessidade de cooperação entre os países da CPLP. A conclusão foi que soberania digital não se constrói apenas com equipamentos. Ela depende de leis, instituições, conhecimento técnico, capacidade de supervisão e participação social.

No painel sobre participação multissetorial, Rafael Evangelista fez uma recuperação interessante das origens desse modelo. Lembrou que a experiência do Rio 92 ajudou a inspirar a criação do CGI.br e que o multissetorialismo não deve ser visto como oposição ao sistema multilateral, mas como um complemento.

Para ele, a legitimidade das decisões depende de ouvir a sociedade, ter base técnica e oferecer serviços relevantes. Também destacou que a formação precisa se transformar em participação, depois em representação e, finalmente, em capacidade de influenciar decisões.

Também foi importante a participação dos jovens brasileiros nos painéis e nas intervenções do público. Eles não ficaram apenas como espectadores: fizeram perguntas, apresentaram suas experiências e participaram diretamente das discussões. A presença dos jovens brasileiros mostrou, na prática, que a formação pode se transformar em participação efetiva.

Com o programa Youth Brasil, o Brasil adotou uma posição de vanguarda ao criar condições para que jovens participem dos debates sobre governança da

Internet, inclusive em fóruns internacionais. A participação em Luanda mostrou que esse tipo de iniciativa amplia a diversidade dos painéis e traz para o debate a visão de quem está começando a construir sua trajetória na Internet.

Luisa Ribeiro Lopes, do .PT, de Portugal, defendeu que as crianças não devem ser tratadas simplesmente como um problema a ser retirado da internet. A questão é fazer com que a própria tecnologia respeite e proteja os direitos das crianças. Ela também falou sobre literacia digital, responsabilidade das plataformas, fiscalização efetiva e os desafios da verificação de idade sem ampliar a coleta de dados pessoais.

Ana Cristina Neves, do governo português, chamou atenção para a necessidade de o Fórum Lusófono produzir resultados concretos. Ela sugeriu que os países aproveitem a proximidade cultural e linguística para desenvolver projetos conjuntos, inclusive levando ao IGF do Quênia estudos e experiências sobre crianças e adolescentes na internet.

Minha impressão geral é que o Fórum conseguiu aproximar debates globais de problemas concretos dos países lusófonos. O maior valor do encontro esteve na possibilidade de comparar experiências e perceber que muitos desafios são comuns, embora as condições locais sejam diferentes.

Para o CGI.br, vejo espaço para aprofundar essa cooperação em três frentes: formação de jovens e novos participantes, compartilhamento de experiências regulatórias e desenvolvimento de projetos práticos de infraestrutura, dados e inteligência artificial. O Fórum mostrou que há interesse e capacidade para avançar. O próximo passo é transformar parte das discussões em iniciativas concretas entre os países.